

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 536.188 - SC (2019/0290865-6)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : WELLINGTON BERNER PEREIRA
ADVOGADO : WELLINGTON BERNER PEREIRA - SC048763
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : REMI KOCHENBORGER (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso, com pedido liminar, impetrado em benefício de REMI KOCHENBORGER, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (HC n. 4026229-22.2019.8.24.0000).

Extraí-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante, convertido em preventiva, e restou denunciado pela suposta prática dos crimes previstos no art. 33 da lei 11.343/2006, no art. 58, § 1º, b, do Decreto-Lei 6.259/1944, e no art. 12 da Lei 10.826/2003 (tráfico de drogas, exploração de "jogo do bicho" e posse de arma de fogo de uso permitido). Posteriormente, a denúncia foi aditada para incluir a imputação referente ao delito descrito no art. 35 da Lei de Drogas (associação para o narcotráfico). Em 30/8/2019, o Juízo de primeiro grau indeferiu o pedido de revogação da custódia.

Em *habeas corpus* impetrado perante o Tribunal de origem, o desembargador relator, por decisão monocrática, não conheceu do *mandamus* por se tratar de mera reiteração de pedido já decidido naquela Corte (fls. 83/88).

Interposto agravo interno, o Tribunal *a quo* desproveu a irresignação, mantendo a decisão monocrática, em acórdão assim ementado:

AGRAVO INTERNO EM HABEAS CORPUS. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NÃO CONHECEU DO WRIT. INSURGÊNCIA QUANTO À MANUTENÇÃO DA SEGREGAÇÃO DO PACIENTE. MATÉRIA ANALISADA RECENTEMENTE EM HABEAS CORPUS ANTERIOR. INEXISTÊNCIA DE FATO CAPAZ DE ENSEJAR NOVA ANÁLISE DO DECRETO PRISIONAL POR ESTE TRIBUNAL. AGRAVO DESPROVIDO (fl. 96).

Nas informações prestadas, veio colacionado o acórdão (fls. 176/185) que

Superior Tribunal de Justiça

analisou os requisitos da prisão preventiva, tendo sido denegada ordem, em acórdão que recebeu a seguinte ementa:

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTE. POSSE ILEGAL DE ARMAS E MUNIÇÕES. CONTRAVENÇÃO DO JOGO DO BICO (ART. 33 DA LEI N. 11.343/06; ART. 12 DA LEI N. 10.826/03; E ART. 58, § ALÍNEA "B", DO DECRETO-LEI N. 6.259/44). PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA.

ARGUMENTOS ACERCA DO MÉRITO DOS FATOS. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE APROFUNDADA DE PROVAS NA VIA ESTREITA DO WRIT. CONHECIMENTO.

SUSTENTADA CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO PARA PRISÃO CAUTELAR. INOCORRÊNCIA. SEGREGAÇÃO NECESSÁRIA PARA A GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E PARA CONVENIÊNCIA INSTRUÇÃO CRIMINAL. CIRCUNSTÂNCIAS DOS FATOS QUE REVELAM A GRAVIDADE CONCRETA NA CONDUTA DO ACUSADO. APREENSÃO DE ENTORPECENTE ALTA LESIVIDADE (COCAÍNA). PRESENÇA DE INDICATIVOS DE QUE NÃO SE TRATA DE FATO ISOLADO NA VIDA DO PACIENTE, TANTO QUE A PRISÃO DECORRE DE CUMPRIMENTO DE MANDADO DE BUSCA E APREENSÃO. PERICULOSIDADE EVIDENCIADA. NECESSIDADE DE IMPEDIR A REITERAÇÃO DELITUOSA. AINDA, POSSIBILIDADE DE CONSTRANGIMENTOS À TESTEMUNHAS. APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO QUE NÃO SE MOSTRA SUFICIENTE. EVENTUAIS PREDICADOS SUBJETIVOS POSITIVOS QUE NÃO OBSTAM A MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA. PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA NÃO VIOLADO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE. ORDEM DENEGADA (fl. 176).

No presente *mandamus*, o impetrante destaca que a prisão foi mantida em razão do agravamento da situação do paciente pelo aditamento da denúncia, com a imputação do delito de associação para o narcotráfico, tendo revogado a prisão preventiva da corré. Afirma, portanto, que a nova impetração perante o Tribunal de origem não cuida de mera reiteração de *mandamus* anteriormente analisado.

Destaca, a existência de motivos que justifiquem a reapreciação da matéria pelo Tribunal de origem, não havendo falar em reiteração de pedidos, tendo em vista a alteração da situação fático-processual do ora paciente.

Superior Tribunal de Justiça

Pondera que os fatos narrados no aditamento da denúncia são inverídicos e indica que o paciente não tem envolvimento com os delitos imputados. Pondera a ausência de isonomia entre os acusados, considerando a liberdade provisória deferida a outros corréus.

Assegura a necessidade de que a prisão preventiva do paciente seja reanalisada pelo Tribunal de origem, sustentando que o paciente está preso há 103 dias, bem como que se trata de usuário de drogas, tendo sido encontrada pequena quantidade de entorpecentes.

Alega a existência de excesso de prazo para a formação da culpa, porquanto a segregação preventiva perdura por tempo acima do razoável, sem que a instrução criminal tenha sido encerrada.

Declina a suficiência da aplicação de medidas cautelares alternativas previstas no art. 319 do CPP.

Esclarece que a prisão preventiva é medida desproporcionalmente severa, especialmente considerando a possibilidade da fixação de regime prisional menos gravoso em caso de eventual condenação.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a concessão da liberdade provisória ao paciente, ainda que mediante a aplicação de medida cautelar alternativa.

Indeferida a liminar (fls. 107/109), as informações foram prestadas (fls. 112/142 e 144/216) e o Ministério Público Federal opinou pela extinção do *writ* sem resolução do mérito ou pela denegação da ordem (fls. 218/228).

É o relatório.

Decido.

Inicialmente, as alegações de desproporcionalidade da medida e extensão de benefício concedido a corréus não foram objeto de análise no acórdão impugnado, o que obsta o exame por este Tribunal Superior, sob pena de se incorrer em indevida supressão de instância. Nesse sentido, são os seguintes precedentes:

***RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS.
TRÁFICO DE ENTORPECENTES. (1) PRISÃO EM FLAGRANTE
CONVERTIDA EM PREVENTIVA. DECRETO DE OFÍCIO.
SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO
SISTEMA ACUSATÓRIO DE PROCESSO E AO PRINCÍPIO DA***

Superior Tribunal de Justiça

INÉRCIA. (II) PROIBIÇÃO DE LIBERDADE PROVISÓRIA. ART. 44 DA LEI Nº 11.343/2006. INCONSTITUCIONALIDADE DECLARADA PELO STF. (III) GRAVIDADE ABSTRATA DOS FATOS. "SENSAÇÃO DE IMPUNIDADE". "ONDA DE VIOLÊNCIA QUE ASSOLA O PAÍS". MERAS PRESUNÇÕES. DISCURSO JUDICIAL PURAMENTE TEÓRICO. (IV) RECURSO PROVIDO.

1. A suposta decretação da prisão de ofício, em violação ao art. 311 do Código de Processo Penal, não foi apreciada pelo acórdão recorrido. A alegada desconformidade com o sistema acusatório de processo ou com o princípio da inércia, adotados pela Constituição da República de 1988, não foi sequer mencionada no habeas corpus originário, muito menos apreciada pelo Tribunal de Justiça mineiro.

Sendo assim, tal argumento não pode ser submetido a este Tribunal Superior, sob pena de indevida supressão de instância (Precedentes).

2. A declaração de inconstitucionalidade da expressão "e liberdade provisória" constante do art. 44 da Lei n. 11.343/2006 pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal impõe sejam apreciados, caso a caso, os requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, para que seja decretada a segregação cautelar. Desse modo, a gravidade abstrata do delito de tráfico de entorpecentes não serve de fundamento para a negativa do benefício da liberdade provisória (Precedentes).

3. A decisão que manteve a prisão preventiva do recorrente não apresentou motivação concreta, apta a justificar a segregação provisória, tendo-se valido de argumentos genéricos e de meras suposições, como a "sensação de impunidade" e a "onda de violência que assolam o país". A ausência de elementos concretos e individualizados que indiquem a necessidade da rigorosa providência cautelar configura constrangimento ilegal (Precedentes).

4. Recurso ordinário em habeas corpus parcialmente conhecido e, nessa extensão, provido, para determinar a soltura do recorrente, se por outro motivo não estiver preso, sem prejuízo da imposição pelo Juízo local de medidas cautelares diversas da prisão previstas no art. 319 do Código de Processo Penal, caso demonstrada sua necessidade (RHC 68.363/MG, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 03/05/2016, DJe 13/05/2016).

PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. DESOBEDIÊNCIA. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGADA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL. PERICULOSIDADE DO AGENTE. MODUS OPERANDI. DECISÃO FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA

Superior Tribunal de Justiça

ORDEM PÚBLICA. RECURSO ORDINÁRIO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESTA PARTE, DESPROVIDO.

I - A alegação de nulidade absoluta, em virtude de a segregação cautelar ter sido decretada de ofício pelo juízo de primeiro grau, em fase inquisitorial, sequer foi analisada pelo eg. Tribunal a quo, quando do julgamento do HC 1.0000.15.035294-6/000, razão pela qual fica impedida esta eg. Corte de apreciar a questão suscitada, sob pena de indevida supressão de instância.

II - A prisão cautelar deve ser considerada exceção, já que, por meio desta medida, priva-se o réu de seu jus libertatis antes do pronunciamento condenatório definitivo, consubstanciado na sentença transitada em julgado. É por isso que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, ex vi do artigo 312 do Código de Processo Penal. A prisão preventiva, portanto, enquanto medida de natureza cautelar, não pode ser utilizada como instrumento de punição antecipada do indiciado ou do réu, nem permite complementação de sua fundamentação pelas instâncias superiores (HC n. 93.498/MS, Segunda Turma, Rel. Min. Celso de Mello, DJe de 18/10/2012).

III - In casu, o decreto prisional encontra-se devidamente fundamentado em dados concretos extraídos dos autos, que evidenciam que a liberdade do ora recorrente acarretaria risco à ordem pública, notadamente se considerada sua periculosidade, demonstrada na forma pela qual o delito foi em tese praticado, consistente em roubo cometido em concurso de agentes, circunstância apta a justificar a imposição da segregação cautelar (precedentes).

Recurso ordinário parcialmente conhecido e, nesta parte, desprovido (RHC 60.934/MG, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 20/10/2015).

Noutro giro, anoto que o *habeas corpus* não constitui via apropriada para afastar as conclusões das instâncias ordinárias acerca da suficiência dos indícios suficientes de autoria delitiva e de provas de materialidade, uma vez que tal procedimento demanda a análise aprofundada do contexto fático-probatório.

Confirmam-se, nesse sentido:

PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS, ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO E PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO. PRISÃO PREVENTIVA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. QUANTIDADE DOS ENTORPECENTES

Superior Tribunal de Justiça

APREENDIDOS. ACUSAÇÃO DE SER "GERENTE" DO TRÁFICO EM DETERMINADA LOCALIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS À PRISÃO. DESCABIMENTO. NEGATIVA DE AUTORIA. ANÁLISE INVIÁVEL EM SEDE DE WRIT. RECURSO DESPROVIDO.

[...]

5. O fato de o recorrente, em tese, possuir condições pessoais favoráveis, por si só, não impede a sua prisão preventiva, consoante pacífico entendimento desta Corte.

6. Apresenta-se incabível, na estreita via do habeas corpus, a análise de questões relacionadas à negativa de autoria e de materialidade, por demandarem o reexame do conjunto fático-probatório dos autos.

7. Recurso ordinário em habeas corpus não provido (RHC 94.328/BA, Relator Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 1/8/2018).

PROCESSUAL PENAL E PENAL. HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. TRÁFICO DE DROGAS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. NEGATIVA DE AUTORIA. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. REQUISITOS DA CUSTÓDIA CAUTELAR. TEMA NÃO APRECIADO NA ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. EXCESSO DE PRAZO PARA O ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. HABEAS CORPUS DENEGADO.

1. No procedimento do habeas corpus não se permite a produção de provas, pois essa ação constitucional deve ter por objeto sanar ilegalidade verificada de plano, por isso não é possível aferir a materialidade e a autoria delitiva.

[...]

4. Habeas corpus denegado (HC 441.142/SP, Relator Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 29/6/2018).

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. NÃO CABIMENTO. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO INVIÁVEL NA VIA ESTREITA DO WRIT. ALEGAÇÃO DE FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA DO DECRETO PRISIONAL. SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. REITERAÇÃO DELITIVA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

[...]

III - Quanto às alegações de ausência de indício de autoria e de que o paciente teria permanecido por 6 dias na delegacia

Superior Tribunal de Justiça

"em situação desumana", verifica-se que as instâncias ordinárias entenderam haver indícios suficientes de autoria para a decretação da prisão preventiva, após extensa investigação policial, bem como consignaram que o paciente foi encaminhado ao presídio no mesmo dia em que cumprido o mandado de prisão. Concluir em sentido contrário, contudo, demandaria extenso revolvimento fático-probatório, procedimento vedado na via estreita do habeas corpus.

[...]

Habeas corpus não conhecido (HC 417.201/RS, Relator Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 22/3/2018).

Por um lado, quanto aos motivos para a manutenção da prisão preventiva, de acordo com andamento processual obtido na página eletrônica do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, verifica-se que em 22/11/2019 foi proferida sentença condenando o paciente pela prática dos delitos previstos no art. 33, *caput*, e art. 35, *caput*, ambos c/c o art. 40, III, todos da Lei n. 11.343/06, art. 12 da Lei 10.826/2003 e a contravenção penal prevista no art. 58, § 1º, alínea b, do Decreto-Lei n. 6.259/44, todos na forma do art. 69, do Código Penal, às penas de 10 anos, 3 meses e 20 dias de reclusão, em regime inicial fechado; 1 ano de detenção; 6 meses de prisão simples; e ao pagamento de 1506 dias-multa, mantida a prisão cautelar.

É cediço que esta Quinta Turma firmou posicionamento no sentido de que a manutenção da custódia cautelar por ocasião de sentença condenatória superveniente não possui o condão de tornar prejudicado o *writ* em que se busca sua revogação, **quando não agregados novos e diversos fundamentos ao decreto prisional primitivo**. Nesse sentido: RHC 53.194/RS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 15/03/2016, DJe 28/03/2016.

O entendimento revela-se substancialmente claro: a superveniência de sentença condenatória que mantém a prisão cautelar constitui título novo, que substitui - e supera - o decreto prisional impugnado mediante *habeas corpus*, exceto se o Magistrado sentenciante não adota fundamentos novos e diversos daqueles apresentados por ocasião da decretação da segregação preventiva.

In casu, da leitura da sentença condenatória, verifica-se que o Magistrado de primeiro grau manteve a custódia cautelar do ora paciente, agregando fundamentos novos ao

Superior Tribunal de Justiça

decreto prisional, consoante se extrai do seguinte trecho do julgado, o qual faço juntar aos autos:

"Nego ao acusado o Remi Kochemborguer o direito de recorrer em liberdade, porque as particularidades da situação concretamente debatida indicam a real necessidade da manutenção da custódia preventiva do condenado para assegurar a aplicação da lei penal e a garantia da ordem pública, sobretudo pelo montante da pena fixada. Entendo que permanecem hígidos os motivos que ensejaram a prisão cautelar, especialmente para a aplicação da lei penal e, também, para a garantia da ordem pública, diante da gravidade e da maior reprovabilidade dos crimes em foi condenado, de forma que repriso os fundamentos já exteriorizados nas decisões anteriores de fls. 41-44, 102-105, 377-380 e 532-533, bem como os fundamentos elencados pelos Tribunais para a manutenção da segregação".

No mesmo sentido é a jurisprudência deste Tribunal:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. NÃO CABIMENTO. TRÁFICO DE DROGAS. EXCESSO DE PRAZO PARA O FIM DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. NULIDADE. TESTEMUNHO DE POLICIAIS QUE ATUARAM COMO PERITO. MATÉRIA NÃO APRECIADA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRISÃO PREVENTIVA. CONDENAÇÃO. NEGATIVA DO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. NOVOS FUNDAMENTOS DA CUSTÓDIA CORPORAL. PREJUDICIALIDADE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

[...]

VI - O pedido de revogação da prisão preventiva encontra-se prejudicado em virtude da superveniência de novo título prisional ao qual foram agregados novos fundamentos para a manutenção da segregação cautelar do paciente.

Habeas corpus não conhecido (HC 312.886/RN, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 18/05/2015).

Por outro lado, com relação ao pleito de excesso de prazo para a formação da culpa, o encerramento da instrução processual, com o advento de sentença condenatória, atrai ao caso a incidência da Súmula n. 52 deste Superior Tribunal de Justiça, que prevê:

Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação

Superior Tribunal de Justiça

de constrangimento por excesso de prazo.

Anote-se, ainda, os seguintes precedentes:

PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. RECEPÇÃO QUALIFICADA, FORMAÇÃO DE QUADRILHA E ADULTERAÇÃO DE SINAL IDENTIFICADOR DE VEÍCULO AUTOMOTOR. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. SENTENÇA SUPERVENIENTE QUE NÃO PREJUDICA O DECRETO PREVENTIVO. PERICULOSIDADE DOS AGENTES. RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. RECURSO DESPROVIDO.

1. *Havendo prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, a prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.*

2. *A sentença penal condenatória superveniente, que não permite ao réu recorrer em liberdade, somente prejudica o exame do habeas corpus quando contiver fundamentos diversos daqueles utilizados na decisão que decretou a prisão preventiva, o que não ocorreu no caso dos autos.* 3. *No caso dos autos, a prisão cautelar encontra-se devidamente fundamentada na garantia da ordem pública, porquanto os recorrentes, um réu por receptação em outra ação penal e outro condenado por tráfico de drogas, indicam alta periculosidade a evidenciar o risco de reiteração delitiva.* 4. *Ademais, o recorrente responde a vários processos criminais, inclusive por homicídio qualificado, circunstância que reforça a necessidade da prisão preventiva para garantia da ordem pública, como forma de evitar a reiteração delitiva.*

5. A prolação de sentença condenatória em desfavor dos recorrentes supera a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa.

6. *Recurso ordinário em habeas corpus desprovido (RHC 80.073/MG, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 05/04/2017).*

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. HOMICÍDIO QUALIFICADO PELO MOTIVO FÚTIL E PELO USO DE MEIO QUE DIFICULTOU OU IMPOSSIBILITOU A DEFESA DA VÍTIMA. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO. SENTENÇA SUPERVENIENTE. ALEGAÇÃO SUPERADA. FUNDAMENTAÇÃO. MODUS OPERANDI. GARANTIA DA ORDEM

Superior Tribunal de Justiça

PÚBLICA. FUGA. ASSEGURAR A APLICAÇÃO DA LEI PENAL. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

1. O habeas corpus não pode ser utilizado como substitutivo de recurso próprio, a fim de que não se desvirtue a finalidade dessa garantia constitucional, com a exceção de quando a ilegalidade apontada é flagrante, hipótese em que se concede a ordem de ofício.

2. O alegado constrangimento ilegal por excesso de prazo para a formação da culpa está superado ante a notícia da condenação do paciente, pelo Tribunal do Júri em 2/2/2017, à reprimenda de 14 (quatorze) anos de reclusão.

(...)

(HC 361.565/RS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 21/02/2017).

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XVIII, a, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do pedido de *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator